



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

Companhia Aberta - Código CVM 13.765

CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1.535 - Bairro São Cristóvão - Lajeado (RS)

Código de negociação na BM&FBOVESPA: MNPR3

Demonstrações Financeiras

2013

- RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2013 -

Mensagem aos Acionistas,

É com satisfação que estamos publicando o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. referentes ao exercício de 2013. As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações da Companhia, de suas controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

O faturamento líquido consolidado da Companhia atingiu R\$ 225,1 milhões. Comparado ao ano de 2012, apresentou uma redução de R\$ 75,5 milhões. Essa redução está relacionada principalmente ao encerramento, pela Companhia Minuano, das operações de abate e comercialização de carne de aves junto a Agostinho Carrer Participações Ltda, ocorrida no final do mês de agosto de 2012, conforme fato relevante informado ao Mercado em 09 de agosto de 2012. Essa operação iniciou no mês 12/2011 e se encerrou em 08/2012.

No âmbito estratégico, a Companhia realizou uma reestruturação na condução da gestão integrada do negócio no ano de 2013. Foram contratados novos executivos para atuação nas operações da Controlada indireta, e um novo Conselho de Administração assumiu a gestão dos negócios com foco na geração de resultados e principalmente na busca de soluções dos passivos tributários, e sua adequação à capacidade de caixa da Companhia Minuano.

As demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As informações monetárias são apresentadas em R\$/mil (milhares de reais).

As informações a seguir foram embasadas: (1) nas Demonstrações Contábeis auditadas e respectivas Notas Explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e (2) em resultados, informações e relatórios internos da Companhia e de suas controladas.

Desempenho Operacional Consolidado
Controlada Companhia Minuano de Alimentos.

	Mercado Interno		Mercado Externo		Total	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Produção						
Aves abatidas (cabeças-mil)	57.987	78.867	-	-	57.987	78.867
Industrializados de Carnes (ton)	5.305	6.736	8.661	9.444	13.966	16.180
Carne de Aves (ton)	1.691	9.993	20.836	35.765	22.527	45.757
CMS e Farinhas (ton)	2.068	1.963	3.224	2.589	5.292	4.551
Produção Rações (ton)	249.089	268.465	-	-	249.089	268.465
Produção Pintos (un-mil)	56.327	57.486	-	-	56.327	57.486
Receita Bruta – R\$ mil						
Industrializados de Carnes	20.009	19.646	30.467	28.747	50.476	48.393
Abate/Industrialização Aves	110.101	150.474	77.032	124.512	187.133	274.986
CMS e Farinhas	2.929	2.190	2.885	1.917	5.814	4.108
Outros Faturamentos	3.012	5.260	-	-	3.012	5.260
Total Receita Bruta – R\$ mil	136.051	177.570	110.384	155.177	246.435	332.747
Total Receita Líquida – R\$ mil	121.871	148.029	103.225	152.602	225.096	300.631

A Receita Líquida obtida no ano de 2013 sofreu uma redução de 25,1%, quando comparada ao ano de 2012. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 225MM, sendo que no ano de 2012, este valor fora de R\$ 301MM. Esta redução, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionada diretamente ao encerramento das operações de abate e comercialização de carne de aves, da controlada indireta junto a Agostinho Carrer Participações Ltda, ocorrida no final do mês de agosto de 2012, conforme fato relevante informado ao Mercado em 09 de agosto de 2012. Essa operação iniciou no mês 12/2011 e se encerrou em 08/2012. No ano de 2013, nenhuma outra parceira operacional foi formalizada, sendo assim, os volumes de carne de aves são significativamente inferiores aos realizados no ano de 2012.

As despesas com vendas representam 9,0% sobre a receita líquida (em 2012, 11,4%), essa redução está relacionada à redução da comercialização da linha de carnes no Mercado Externo. Essas operações comerciais apresentam custos mais elevados se comparados as operações comerciais dos produtos industrializados, visto que a maioria dos embarques de produtos de carnes são feitos na modalidade CIF e as vendas de industrializados, na modalidade FOB.

As despesas gerais e administrativas consolidadas reduziram no ano de 2013 em aproximadamente R\$ 2,0 milhões, em relação ao mesmo período de 2012, passando de R\$ 9,4 milhões para R\$ 7,4 milhões, equivalentes a 4,3% e 3,7% respectivamente da receita operacional líquida. Essa redução está principalmente relacionada à adequação da estrutura administrativa à nova realidade operacional da Companhia e de sua Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

Resultado Operacional Antes dos Efeitos Financeiros

O resultado Operacional consolidado Antes dos Efeitos Financeiros foi de R\$ 8,9 milhões em 2013 e de (-R\$ 226,0 milhões) no ano de 2012. Houve uma geração positiva de resultados na ordem de R\$ 234,9 milhões. Esta melhoria está relacionada, em parte, a melhor gestão dos gastos da Companhia

e da Controlada indireta, a melhor performance nas operações de industrializados e a redução dos volumes comercializados nas linhas de carnes de aves. No ano de 2012, foram registrados R\$ 178,7 milhões ao resultado consolidado da Companhia oriundos da exclusão da Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos do REFIS (Lei 11.941/2009).

EBITDA

O EBITDA consolidado da Minupar no ano de 2013 foi de R\$ 20,2 milhões ou 9,0% da receita líquida e R\$ 23,6 milhões negativos ou -7,9% da receita líquida, melhora de 16,9p.p. em comparação ao mesmo período do ano anterior. A melhoria de performance está relacionada principalmente a redução do volume de carne de aves pelo encerramento da operação da controlada indireta junto a Agostinho Carrer Participações Ltda, ocorrido no final do agosto de 2012, melhores margens na venda dos produtos industrializados nos mercados interno e externo, e redução das despesas administrativas e comerciais, conforme visto nos comentários do desempenho operacional acima.

Perspectivas

A Companhia e suas controladas, através de suas operações, buscam um horizonte de crescimento sustentável ao longo do tempo, a manutenção das operações com o mercado externo, a consolidação dos Industrializados no mercado interno, a manutenção de contratos de parceria com a BRF, e o incremento gradual das operações próprias na linha de produtos de carne de aves.

Recursos Humanos

O quadro de funcionários passou de 2.656 em dezembro de 2012 para 2.475 em dezembro de 2013. Essa redução está relacionada a alguns ajustes operacionais ocorridos principalmente no final do ano de 2013 na unidade frigorífica de Passo Fundo (RS).

Mercado de Capitais

O capital social da Companhia é composto por 710.010.000 ações, representando R\$ 120.108 mil. No transcorrer do ano de 2013, as ações da Companhia estiveram presentes em 245 pregões realizados pela Bovespa, registrando um volume de negociações de 165 milhões de ações, totalizando R\$ 14,9 milhões.

Relacionamento com os Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. No decorrer dos exercícios de 2013 e 2012 os nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas Controladas.

Declaração da Administração

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480/2009, os administradores declaram que revisaram e analisaram as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e que concordam com as mesmas, bem como com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

Agradecimentos

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado (RS), 07 de fevereiro de 2014.

A Administração.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)**

ATIVO

	<u>NOTAS</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reelaborado)		(Reelaborado)	
CIRCULANTE		16.193	14.756	65.001	85.716
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.5 - 4	1	2	477	345
Clientes	3.6 - 5	-	-	23.853	36.733
Estoques	3.7 - 6	-	-	7.367	14.881
Impostos a Recuperar	3.8 - 7	-	-	8.364	11.345
Adiantamentos a Fornecedores		-	-	4.028	3.039
Partes Relacionadas	15b	16.192	14.754	16.192	14.754
Outras Contas a Receber		-	-	4.720	4.619
NÃO CIRCULANTE		12.134	11.305	148.191	185.564
Realizável a Longo Prazo		12.134	11.305	31.196	64.321
Partes Relacionadas	15b	12.126	11.298	12.175	11.317
Impostos a Recuperar	3.8 - 7	-	-	15.937	50.242
Depósitos Judiciais	16	8	7	2.446	1.701
Outras Contas a Receber		-	-	638	1.061
Imobilizado	3.11 - 9	-	-	116.818	121.062
Intangível	3.12 - 9	-	-	177	181
TOTAL DO ATIVO		28.327	26.061	213.192	271.280

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

PASSIVO

	NOTAS	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
		(Reelaborado)		(Reelaborado)	
CIRCULANTE		1.456	1.145	354.994	361.569
Fornecedores	11	277	279	17.273	34.849
Instituições Financeiras	3.14 - 10	-	-	10.609	15.275
Impostos, Taxas e Contribuições	13	897	764	303.660	274.592
Salários a Pagar e Provisões	12	282	102	10.408	8.494
Adiantamentos de Clientes	5	-	-	4.140	6.343
Impostos Diferidos	14	-	-	454	454
Faturamento antecipado	5	-	-	1.999	4.106
Títulos descontados	5	-	-	1.416	1.261
Cheques a compensar		-	-	1.179	3.331
Outras Contas a Pagar		-	-	3.856	12.864
NÃO CIRCULANTE		275.787	216.812	107.371	101.801
Instituições Financeiras	3.14 - 10	-	-	9.371	9.701
Impostos, Taxas e Contribuições	13	449	619	15.514	17.198
Provisão para Perdas Investimentos	8	254.415	197.809	-	-
Provisão para Contingências	16	-	-	7.927	8.226
Partes Relacionadas	15b	20.923	18.384	52.904	42.833
Impostos Diferidos	14	-	-	19.801	20.469
Outras Contas a Pagar		-	-	1.854	3.374
PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		(248.916)	(191.896)	(249.173)	(192.090)
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		(248.916)	(191.896)	(248.916)	(191.896)
Capital Social	19a	120.108	120.108	120.108	120.108
Reserva de Reavaliação		3.666	3.666	3.666	3.666
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa	19b	39.279	40.763	39.279	40.848
Prejuízos Acumulados		(409.977)	(354.526)	(409.977)	(354.611)
Outros Resultados Abrangentes	19e	(1.992)	(1.907)	(1.992)	(1.907)
Participação de Acionistas Não Controladores		-	-	(257)	(194)
TOTAL DO PASSIVO		28.327	26.061	213.192	271.280

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)**

	<u>NOTAS</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	3.18 - 25	-	-	225.096	300.631
Custo dos Produtos Vendidos	22 - 25	-	-	(183.242)	(283.460)
LUCRO BRUTO		-	-	41.854	17.171
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		(57.528)	(231.256)	(32.951)	(243.234)
De Administração	22 - 25	(953)	(3.476)	(8.331)	(12.877)
De Vendas	22 - 25	-	-	(20.254)	(34.237)
Outras Receitas Operacionais	23 - 25	1	2	2.821	3.869
Outras Despesas Operacionais	23 - 25	(58)	(28)	(7.187)	(199.989)
Resultado da Equivalência Patrimonial	16	(56.518)	(227.754)	-	-
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(57.528)	(231.256)	8.903	(226.063)
Despesas Financeiras	24 - 25	(627)	(515)	(42.172)	(33.993)
Receitas Financeiras	24 - 25	1.220	780	10.750	13.754
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(56.935)	(230.991)	(22.519)	(246.302)
Contribuição Social Diferida		-	-	(9.240)	3.995
Imposto de Renda Diferido		-	-	(25.232)	11.097
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(56.935)	(230.991)	(56.991)	(231.210)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Participação dos Acionistas Não Controladores	25	-	-	(56)	(219)
Participação dos Acionistas Controladores	25	-	-	(56.935)	(230.991)
TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES NO PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(56.935)	(230.991)	(56.991)	(231.210)
Prejuízo por ação (Básico e Diluído) - R\$	26b	(0,0802)	(0,3253)	(0,0802)	(0,3253)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A. "Companhia"

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo Líquido Do Exercício	(56.935)	(230.991)	(56.935)	(230.991)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	-	-	6.891	6.295
Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	-	-	(255)	1.073
Equivalência patrimonial	56.518	227.754	-	-
Encargos Financeiros s/Empréstimos	-	-	2.331	3.257
Provisão (Reversão) de Impostos diferidos	-	-	(755)	4.890
Provisão (Reversão) de Débitos decorrentes de parcelamentos	-	-	-	178.720
Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	30	197
Atualização de Passivos Previdenciários Parcelados	-	-	7.733	4.312
Participações de minoritários	-	-	(56)	(219)
Variações nos ativos e passivos				
Varição Clientes	-	-	13.135	(16.459)
Varição Estoques	-	-	7.514	3.852
Varição Adiantamentos a Fornecedores	-	-	(989)	(1.166)
Varição Impostos a Recuperar	-	339	37.286	(13.379)
Varição Outras Contas a Receber	-	-	322	(4.688)
Varição Depósitos Judiciais	(1)	(1)	(745)	(496)
Varição Fornecedores	(2)	278	(17.576)	5.973
Varição Fornecedores de Ativo Fixo	-	-	-	(4.363)
Varição Faturamento Antecipado	-	-	(2.107)	1.598
Varição Impostos, Taxas e Contribuições	(37)	-	19.651	1.481
Varição Salários a Pagar e Provisões	180	(67)	1.913	788
Varição Adiantamentos de Clientes	-	-	(2.203)	1.891
Varição Obrigações a Pagar por Contratos	-	-	-	(4.836)
Varição Provisão para Contingências	-	-	(299)	3.041
Varição Outras Contas a Pagar	-	-	(10.528)	9.450
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(277)	(2.688)	4.358	(49.779)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo investimento	-	(36.190)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(2.673)	(3.559)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	-	(36.190)	(2.673)	(3.559)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital social	-	36.515	-	36.515
Varição Instituições Financeiras	-	-	(7.327)	(11.278)
Varição Partes Relacionadas	276	2.364	7.772	26.093
Varição Títulos descontados	-	-	155	571
Varição em Cheques a Compensar	-	-	(2.152)	3.331
Varição Saques negociados	-	-	-	(2.102)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	276	38.879	(1.552)	53.130
Varição de caixa e equivalente de caixa	(1)	1	132	(208)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2	1	345	553
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1	2	477	345

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA REAVALIAÇÃO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL REFLEXA	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	83.593	3.666	46.768	(115.485)	(1.849)	16.693	13	16.706
Aumento de Capital								
Por Subscrição	36.515	-	-	-	-	36.515	-	36.515
Varição de participação sobre operações reflexas	-	-	-	-	(58)	(58)	-	(58)
Ajuste de Reserva de Reavaliação Reflexa	-	-	(691)	691	-	-	-	-
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	(5.314)	-	-	(5.314)	-	(5.314)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(230.991)	-	(230.991)	(196)	(231.187)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	120.108	3.666	40.763	(345.785)	(1.907)	(183.155)	(183)	(183.338)
Ajustes de Exercícios Anteriores (Nota 27)	-	-	-	(8.741)	-	(8.741)	(11)	(8.752)
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	120.108	3.666	40.763	(354.526)	(1.907)	(191.896)	(194)	(192.090)
Ajuste de Reserva de Reavaliação Reflexa	-	-	(1.484)	1.484	(85,00)	(85)	-	(85)
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(56.935)	-	(56.935)	(63)	(56.998)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	120.108	3.666	39.279	(409.977)	(1.992)	(248.916)	(257)	(249.173)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E SUA DISTRIBUIÇÃO NOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
(em milhares de reais)**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
RECEITAS	-	-	239.679	320.128
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	238.052	317.332
Outras receitas	-	-	1.386	3.869
Provisão / Reversão para créditos liquidação duvidosa	-	-	241	(1.073)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(418)	(1.989)	(148.568)	(275.184)
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(100.309)	(166.532)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(418)	(1.989)	(48.259)	(108.652)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(418)	(1.989)	91.111	44.944
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-	-	(6.891)	(6.295)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	(418)	(1.989)	84.220	38.649
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(55.297)	(226.974)	12.183	13.754
Resultado de equivalência patrimonial	(56.518)	(227.754)	-	-
Receitas Financeiras	1.220	780	10.750	13.754
Outras	1	-	1.433	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(55.715)	(228.963)	96.403	52.403
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(55.715)	(228.963)	96.403	52.403
Remuneração do Trabalho	524	1.487	62.891	66.404
Remuneração direta	520	1.483	49.200	49.865
Benefícios	4	4	8.960	12.051
FGTS	-	-	4.731	4.488
Remuneração do Governo	61	-	47.752	183.190
Federais	5	-	41.045	176.579
Estaduais	56	-	6.707	6.611
Remuneração Capitais de Terceiros	635	541	42.752	34.019
Juros	627	515	42.018	33.993
Outros	8	26	734	26
Remuneração de capitais próprias	(56.935)	(230.991)	(56.992)	(231.210)
Prejuízo do exercício	(56.935)	(230.991)	(56.935)	(230.991)
Participações de minoritários	-	-	(57)	(219)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

Aos

Diretores e Acionistas da

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”

Lajeado - RS

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Minupar Participações S/A. “Companhia” é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A. “Companhia” para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Minupar Participações S/A. “Companhia”. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 3.1.2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”**, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos possui registrado no Ativo o montante de R\$ 38.459 mil, referente a crédito tributário decorrente de trânsito em julgado de ação judicial do IPI (crédito prêmio exportação), sobre o qual decorrem os seguintes fatos: a) apesar do direito ao crédito já ter sido reconhecido formalmente pelo fisco, em 04/09/2009 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o PARECER/DRF/SCS/RS/Saort nº126/2009 revogando o Pedido de Habilitação do Crédito. Contudo, os assessores jurídicos entendem que a sentença transitada em julgado e as correspondentes legislações vigentes asseguram o direito líquido e certo da Companhia de usufruir o benefício fiscal (nota 17); b) A Controlada utilizou parcela do referido crédito tributário no pagamento integral, mediante compensação, de débitos tributários de R\$ 25.383 mil. Assim sendo, a Administração, seguindo orientação de seus consultores jurídicos, impetrou ação judicial e administrativa visando garantir o direito a compensação dos referidos tributos; c) Em 19/05/2011 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o

Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19 de maio de 2011, através do qual revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009 e determinou a adoção de providências para apuração do respectivo benefício fiscal, o que levou a controlada a requerer o restabelecimento da habilitação do crédito tributário constante no respectivo processo administrativo.

Como consequência do assunto acima mencionado, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência do citado Despacho Decisório DRF/SCS nº 168/2011 e da solicitação de restabelecimento da habilitação do crédito tributário. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Em 2009, a Companhia e suas controladas optaram em incluir parte do passivo tributário no parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos na nova modalidade de parcelamento encontra-se pendente de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2013 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção do parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis individuais

A controlada Companhia Minuano de Alimentos elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, contendo as mesmas ênfases relativas a controlada, com data de 07 de fevereiro de 2014.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, datado de 25 de março de 2013, contendo as mesmas ênfases acima mencionadas, e quanto a pendência do deferimento judicial de declaração de cumprimento da concordata preventiva da controlada Frigumz Alimentos S.A., sendo que no exercício de 2013 houve o pronunciamento do tribunal a cerca do encerramento do processo.

Porto Alegre (RS), 07 de fevereiro de 2014.

Vicente Michelin

CRCRS 052365/0-8

Sócio Responsável

MICHELON & PUERARI AUDITORES E CONSULTORES SS

CRC-RS nº 4.626

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos (Minuano) tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos de integração avícola, abate e processamento de carne de frango, produção de produtos industrializados a base de carnes e produção de rações, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com marca própria, “Minuano” ocorre principalmente nos Estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e América do Sul e Central.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2013 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração da Companhia autorizou, em 29 de janeiro de 2014 a divulgação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Para fins de melhor comparabilidade, foi efetuada no balanço consolidado comparativo, a seguinte reclassificação:

Consolidado

Passivo Circulante

Do Grupo	Para o Grupo	Valor
Fornecedores de Ativo Fixo	Fornecedores	1.968

Em consonância ao divulgado na Nota Explicativa nº 27, a Companhia efetuou a reelaboração de seu balanço patrimonial individual e consolidado para o período comparativo de 31 de dezembro de 2012.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Declaração de Conformidade

3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a

Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Em 31 de dezembro de 2013, os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável

é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.11 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. Com relação ao exercício de 2013, a administração avaliou os cenários da Companhia e de suas controladas constatando que os seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

3.12 Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM nº 564/08.

3.17 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida consolidada:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Mercado Interno	Exportação	Total	Mercado Interno	Exportação	Total
Receita bruta de produtos e serviços	136.051	110.384	246.435	177.570	155.177	332.747
(-) Impostos	(12.986)	-	(12.986)	(16.701)	-	(16.701)
(-) Devoluções	(1.194)	(7.159)	(8.353)	(12.840)	(2.575)	(15.415)
Receita líquida de produtos e serviços	121.871	103.225	225.096	148.029	152.602	300.631

3.19 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.21 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Controladora

	31/12/2013	31/12/2012
Bancos - conta corrente	1	2
Total	1	2

b) Consolidado

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	7	5
Bancos - conta corrente	470	340
Total	477	345

NOTA 05 - CLIENTES - CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Mercado interno	6.379	12.884
Mercado externo	17.684	25.696
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(210)	(1.847)
Subtotal	23.853	36.733
(-) Faturamentos antecipados	(1.999)	(4.106)
(-) Adiantamentos de clientes	(4.140)	(6.343)
(-) Títulos descontados	(1.416)	(1.261)
Clientes a receber, líquido.	16.298	25.023

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais. Os saldos de Faturamento Antecipado e títulos descontados foram reclassificados para o passivo circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 06 - ESTOQUES - CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Produtos prontos	1.201	3.470
Produtos em elaboração	1.525	3.345
Matérias Primas	922	798
Materiais de embalagem	921	1.463
Materiais de manutenção	990	1.091
Subtotal	5.559	10.167
Custo de entrega - CPC 30 - Receitas	1.808	4.714
Total	7.367	14.881

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR – CONSOLIDADO

Circulante	31/12/2013	31/12/2012
IRRF a recuperar	2	-
IRPJ a recuperar	602	565
CSLL a recuperar	218	203
PIS e COFINS a recuperar	832	1.837
ICMS a recuperar	5.204	7.469
ICMS a recuperar - Imobilizado	1.496	1.191
Crédito de Exportação (Reintegra)	10	80
Total	8.364	11.345

Não Circulante	Ref.	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ s/Prejuízos Fiscais a Recuperar	b)	1.982	27.214
CSLL s/ Prejuízos Fiscais a Recuperar	b)	713	9.954
PIS e COFINS a recuperar		-	107
ICMS a Recuperar - Imobilizado		166	406
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações	a)	13.076	12.561
Total		15.937	50.242

a) Crédito Prêmio IPI

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências, outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, cujo detalhamento está na Nota Explicativa nº 18.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido

Conforme determina a Deliberação 599/09 da CVM, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, reconheceu créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis e valores temporariamente não tributáveis.

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos oriundos do saldo de prejuízo fiscal e base negativa:

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa de CSLL	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
Saldo em 31/12/2012	100.629	102.372	25.157	9.213
(-) Reversão	(100.629)	(102.372)	(25.157)	(9.213)
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

	Provisão para Contingências	IRPJ Diferido	CSLL Diferido
Saldo em 31/12/2012	8.226	2.057	741
(-) Reversão de Provisões	(298)	(75)	(28)
Saldo em 31/12/2013	7.928	1.982	713

A seguir apresentamos o resumo geral dos tributos diferidos:

	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ sobre prejuízos fiscais	-	25.157
IRPJ sobre diferenças temporárias	1.982	2.057
Total	1.982	27.214

	31/12/2013	31/12/2012
CSLL sobre base negativa	-	9.213
CSLL sobre diferenças temporárias	713	741
Total	713	9.954

Conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta, efetuou em 2013 a reversão dos tributos diferidos calculados sobre prejuízos fiscais e base negativa, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte "B" dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

NOTA 08 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Em 31/12/2013 a Companhia é controladora das seguintes Empresas:

Descrição	Valepar S/A	Sulaves S/A	Total
% participação direta	99,99%	99,99%	
Saldo do investimento em 31/12/2012	-	-	-
- Reversão Provisão para Perdas	(138.871)	(50.197)	(189.068)
- Ajuste de Exercícios Anteriores Reflexos	(6.412)	(2.329)	(8.741)
Reversão Provisão para Perdas Ajustado	(145.283)	(52.526)	(197.809)
+/- Equivalência Patrimonial	(41.453)	(15.065)	(56.518)
+/- Variação Reflexa sobre variações patrimoniais	(64)	(24)	(88)
+ Provisão para Perdas	186.800	67.615	254.415
Saldo do investimento em 31/12/2013	-	-	-

NOTA 09 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado e intangível distribuídos da seguinte forma:

Grupos	Taxa Depreciação % a.a.	31/12/2013			31/12/2012 (Reelaborado)
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e periféricos	33,33%	584	(424)	160	169
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	51.111	(20.777)	30.334	37.173
Moveis e utensílios	8,33%	4.094	(1.567)	2.527	2.889
Veículos	20,00%	662	(358)	304	179
Terrenos	0,00%	21.638	-	21.638	21.657
Prédios	2,50%	77.675	(19.204)	58.471	58.446
Imobilizações em andamento	-	3.379	-	3.379	544
Outros	0,00%	14	(9)	5	5
Subtotal imobilizado		159.157	(42.339)	116.818	121.062
Intangível		295	(118)	177	181
Total		159.452	(42.457)	116.995	121.243

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

Grupos	Saldo em 31/12/2012	Ajustes (Nota 27)	Saldo em 31/12/2012 Ajustado	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	Saldo em 31/12/2013
Computadores e periféricos	514	(345)	169	63	(2)	(147)	77	160
Maquinas e equipamentos	42.775	(5.602)	37.173	935	(16)	(3.684)	(4.074)	30.334
Moveis e utensílios	4.690	(1.801)	2.889	110	(3)	(408)	(61)	2.527
Veículos	383	(204)	179	154	(9)	(108)	88	304
Terrenos	21.656	1	21.657	-	-	-	(19)	21.638
Prédios	59.246	(800)	58.446	130	-	(2.529)	2.424	58.471
Imobilizações em andamento	544	-	544	1.276	-	-	1.559	3.379
Outros	6	(1)	5	-	-	(3)	3	5
Subtotal imobilizado	129.814	(8.752)	121.062	2.668	(30)	(6.879)	(3)	116.818
Intangível	181	-	181	5	-	(12)	3	177
Total	129.995	(8.752)	121.243	2.673	(30)	(6.891)	-	116.995

Não foram identificadas perdas por redução ao valor de recuperação (*impairment*) em 31 de dezembro de 2013.

A depreciação do ativo imobilizado foi distribuída nas seguintes contas:

	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos produtos e serviços vendidos	6.640	6.104
Despesas administrativas	239	177
Despesas com vendas	12	14
Total	6.891	6.295

Ao final do período há um total de R\$ 206, relativo a bens adquiridos através de leasing financeiro, conforme apresentamos a seguir:

Grupo	Bem	Prazo	Valor
Veículos	Veículos de Passeio	36 meses	206

NOTA 10 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDADO

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2013	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	Jan/14 a jun/14	3.756	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/14	3.570	-
Bic Banco - Giro		CDI+12,68%aa	jan/14	43	-
Acordos Bancários	c)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	427	3.848
Arrendamento Mercantil		-	-	10	36
Banrisul - Consórcio		-	-	15	15
Badesul S/A - Reaver	d)	TJLP+6,5% a.a.	Jun/16	2.189	5.472
Limites de Crédito		-	-	599	-
Totais				10.609	9.371

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2012	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	Jun/13 a ago/13	4.107	-
Banrisul S/A - ACE		USD + 6% a.a.	abr/13	760	-
Banco Daycoval S/A - ACC		USD + 7% a.a.	jun/13	676	-
Banco Sofisa S/A - ACC		USD + 6,5% a.a.	mar/13	925	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/13	3.243	-
Banco Topazio S/A - Giro	b)	CDI+2,15%a.m.	set/13	904	-
Banco Sofisa S/A - ACE		USD + 6% a.a.	abr/13	1.166	-
Acordos Bancários	c)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	492	4.427
Arrendamento Mercantil		-	jul/13	77	26

Banrisul - Consórcio		-	-	15	31
Badesul S/A - Reaver	d)	TJLP+6,5% a.a.	Jun/16	1.656	5.217
Limites de Crédito		-	-	1.254	-
Totais				15.275	9.701

Legenda:

- Operação com garantia de duplicatas e aval de sócios dirigentes;
- Operação com garantia de duplicatas e imóvel particular de sócios dirigentes;
- Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0. O acordo firmado trouxe uma redução no passivo repactuado na ordem de R\$ 4.581 mil, ficando o saldo devedor restante renegociado para pagamento até o ano de 2021.
- A operação Reaver (Caixa/RS) possui juros de 6,5% ao ano mais a variação da TJLP e multas por inadimplência. A mesma está garantida por garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores.

NOTA 11 - FORNECEDORES – CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores Nacionais	17.291	35.095
(-) AVP - Fornecedores	(18)	(246)
Total	17.273	34.849

Os saldos de fornecedores foram trazidos a valor presente, conforme determina a Deliberação CVM nº 564/08, através do arbitramento de uma taxa média de 0,72% ao mês para 2013 e de 1,92% ao mês para o ano de 2012.

NOTA 12 - SALÁRIOS A PAGAR E PROVISÕES

a) Controladora

	31/12/2013	31/12/2012
Pró-labore a pagar	282	94
Outras obrigações a pagar	-	8
Total	282	102

b) Consolidado

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão de férias/13º Sal	6.013	5.808
Salários / Pró-labore a pagar	3.206	1.584

Rescisões a pagar	5	11
Outras obrigações a pagar	1.184	1.091
Total	10.408	8.494

NOTA 13 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Circulante - Controladora

	31/12/2013	31/12/2012
Impostos retidos sobre serviços	327	150
IRRF a recolher	276	400
FGTS a recolher	28	-
INSS a recolher	41	27
Subtotal	672	577
Parcelamento Lei 11.941/2009	141	122
INSS	84	65
Subtotal	225	187
Total	897	764

b) Circulante - Consolidado

	31/12/2013	31/12/2012
ICMS a recolher	1.689	1.739
Impostos retidos sobre serviços	1.136	647
IRRF a recolher	515	662
IRPJ/CSLL a Recolher - Antecipação	958	957
FGTS a recolher	436	177
INSS a recolher	29.388	17.113
PIS e COFINS a recolher	2.132	1
Funrural a recolher	82	-
Outras contribuições s/ folha de pagamento	1.049	942
Outras contribuições a recolher	0	358
Subtotal	37.385	22.596
Parcelamento Lei 11.941/2009	262.548	249.115
ICMS - RS	30	29
ICMS - SP	517	500
ICMS - SC	1.009	839
FGTS	1.024	666
SESI/SENAI	363	336
IPTU	20	42
INSS	764	469
Subtotal	266.275	251.996
Total	303.660	274.592

c) Não Circulante – Controladora

	31/12/2013	31/12/2012
Parcelamento Lei 11.941/2009	328	448
INSS	121	171
Total	449	619

d) Não Circulante – Consolidado

	31/12/2013	31/12/2012
Parcelamento Lei 11.941/2009	328	448
ICMS – RS	83	111
ICMS - SP	1.929	1.997
ICMS – SC	3.813	4.612
FGTS	7.530	7.994
SESI/SENAI	1.076	847
INSS	755	1.189
Total	15.514	17.198

NOTA 14 - IMPOSTOS DIFERIDOS - CONSOLIDADO

a) Circulante

	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ diferido s/custo atribuído	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	120	120
Total	454	454

b) Não Circulante

	31/12/2013	31/12/2012
IRPJ diferido s/custo atribuído	14.560	15.051
CSLL diferido s/custo atribuído	5.241	5.418
Total	19.801	20.469

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos Administradores

A Companhia fixou em até R\$ 700 mil reais a remuneração global anual de seus administradores em AGO/E realizada em 26 de abril de 2013. A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos fixou em até R\$ 600 mil reais a remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2013 conforme AGO realizada em 26 de abril de 2013. No quadro abaixo, segue a

apresentação da remuneração da administração, líquida de encargos (INSS e IRRF) aberto por controladora e consolidado, percebido durante o exercício de 2013.

	Controladora	Consolidado
Conselho de Administração	278	278
Diretoria Executiva	40	542

As Controladas diretas (Valepar S/A e Sulaves S/A) não remuneraram seus administradores em 2013.

b) Operações de mútuo - Consolidado

Ativo Circulante	31/12/2013	31/12/2012
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	16.189	14.751
Le Monde Particip. e Adm. Ltda	3	3
Subtotal	16.192	14.754
Ativo Não Circulante		
Agostinho Carrer Partic. Ltda	11.608	10.780
SSJ Participações e Represent. Ltda	243	243
Acionistas e Outros	324	294
Subtotal	12.175	11.317
Total	28.367	26.071

Passivo Não Circulante	31/12/2013	31/12/2012
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	16.267	13.775
Le Monde Particip e Adm Ltda	170	0
SSJ Participações e Represent. Ltda	1.695	1.695
Adverstreet	32	70
Serra do Roncador Part. Ltda	27.014	20.218
Acionistas e Outros	7.726	7.075
Total	52.904	42.833

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros praticados nas operações estão dentro das remunerações praticadas pelo mercado.

NOTA 16 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2013, se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	Provisão para Contingencia				Depósitos Judiciais			
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo em 31/12/2012	2.206	5.739	281	8.226	1.390	310	1	1.701
Movimentação (Adições-Baixas)	(299)	-	-	(299)	745	-	-	745
Saldo em 31/12/2013	1.907	5.739	281	7.927	2.135	310	1	2.446

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009 e 2010 nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/09 e MP 470/09. Com a adesão à MP 470/09, a Companhia reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 5 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento do referido crédito, no exercício de 2006, a Companhia o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito.

Contingências possíveis

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível na companhia e em suas controladas totalizam R\$ 239.929 mil (R\$ 4.097 mil em 31/12/2012), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

NOTA 17 - CRÉDITO PRÊMIO DE IPI EXPORTAÇÃO

No ano de 2009, com a decisão do Superior Tribunal de Justiça limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990 que estava registrado desde o exercício de 2006. O saldo de R\$ 13.076 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STJ. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STJ, está amparado em decisão judicial definitiva, pois já houve o transcurso do prazo para interposição de ação rescisória, bem como existem normativos legais vigentes à época que asseguram o direito da empresa, o que foi confirmado pelos autos do processo julgado favorável a Minuano.

Porém, considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, os débitos cuja compensação foi realizada com a utilização deste crédito foram objeto de dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e, pela Lei 11.941/2009.

Durante o ano de 2011 a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, através de seus assessores jurídicos, efetuou diversos recursos administrativos e judiciais, tendo obtido em maio de 2011, despacho decisório emitido pelo Delegado da Receita Federal de Santa Cruz do Sul,

cancelando o Despacho Decisório e os Pareceres emitidos no ano de 2009 que indeferiam o pleito do pedido de Habilitação do Crédito, realizado no ano de 2006. A partir deste momento a Minuano administrativamente retomou a discussão quanto ao reconhecimento deste crédito. Em resposta, a Receita Federal do Brasil se manifestou no sentido de reconhecer o direito ao Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio), com a definição da alíquota de 15% (quinze por cento), não se manifestando quanto ao período para fruição do referido crédito. Com base no posicionamento da Receita Federal do Brasil, a controlada, Companhia Minuano de Alimentos, ingressou com recurso voluntário junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em 29 de fevereiro de 2012. Diante das disposições contidas na Deliberação CVM nº 594/2010, item 35, a Companhia e a controlada consideram que as compensações já efetuadas serão reconhecidas pelo CARF com base no direito assegurado judicialmente.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos, procedeu às devidas atualizações pela SELIC e compensações do exercício corrente, remanescendo, ao final do período, um saldo de R\$ R\$ 13.076 mil (R\$ 12.561 mil em 31 de dezembro de 2012), registrados no ativo circulante e não circulante. A controlada, Companhia Minuano de Alimentos, utilizou por meio de compensações junto à Receita Federal do Brasil os seguintes montantes:

Período	Descrição	31/12/2013	31/12/2012
2000	Compensação com Tributos Federais	355	355
2001	Compensação com Tributos Federais	4.863	4.863
2002	Compensação com Tributos Federais	2.883	2.883
2004	Compensação com Tributos Federais	868	868
2005	Compensação com Tributos Federais	2.518	2.518
2006	Compensação com Tributos Federais	3.547	3.547
2007	Compensação com Tributos Federais	3.225	3.225
2008	Compensação com Tributos Federais	2.799	2.799
2009	Compensação com Tributos Federais	607	607
2009	Compensação com INSS	1.112	1.112
2010	Compensação com Tributos Federais	3.879	3.879
2010	Compensação com INSS	14.960	14.960
2011	Compensação com INSS	4.312	4.312
2011	Compensação com Tributos Federais	517	517
	Total	46.445	46.445

a) Medida Provisória nº 470/09

A controlada, Companhia Minuano de Alimentos, formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante com créditos tributários de IR e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela Companhia Minuano de Alimentos. Tais alegações de inconsistências foram objeto de Ação Administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento.

MP 470/09	31/12/2013
Passivo tributário objeto da MP 470/2010	61.896
(-) Reduções da MP 470/2010	(24.213)
(-) Montante utilizado do Prejuízo Fiscal	(37.683)
Total	-

b) Lei nº 11.941/09

A Companhia e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previsto na Lei nº 11.941/09, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão. Durante o ano de 2010 novos valores foram objeto de requerimento ao mencionado parcelamento, tendo da mesma forma os benefícios financeiros reconhecidos no ano da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos efetuaram a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, independente de parte deste valor ter sido objeto de pedido de parcelamento dentro da modalidade prevista na MP 470/2009, sendo que desta consolidação restaram divergências em relação aos saldos registrados na contabilidade.

No quadro abaixo, seguem os montantes de débitos fiscais consolidados à época:

PARCELAMENTO LEI 11.941/2009	Saldos Consolidados
Passivo tributário objeto da Lei 11.941/2009	194.463
(-) Reduções da Lei 11.941/2009	(35.667)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(44.877)
(=) Valor dos passivos tributários após reduções e utilização do prejuízo fiscal	113.919

Incluso ao valor consolidado há valores de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Prêmio que à época havia sido habilitado pela Receita Federal do Brasil em favor da controlada (vide nota 17). Os valores destes impostos estão sendo contestados pela controlada, uma vez que por ter havido o estorno do saldo de créditos apurados em períodos posteriores a outubro de 1990, pela interpretação da empresa em conjunto com seus assessores jurídicos, tal tributo não poderia ser objeto de cobrança por parte da Receita Federal. Em dezembro de 2011, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos ingressou judicialmente solicitando a interrupção da prescrição deste débito, evitando assim a homologação por decurso de prazo deste valor. O valor dos Passivos Tributários consolidados no Parcelamento Especial da Lei nº 11.941/09 foram pagos desde o momento da consolidação realizada em junho de 2011, desconsiderando os impostos objeto de discussão por parte da controlada, conforme comentado anteriormente. Porém, tal procedimento não é objeto de reconhecimento por parte da Receita Federal do Brasil, e, em 16 de janeiro de 2013, noticiou a empresa que os débitos informados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 foram excluídos de tal modalidade de parcelamento. Tal exclusão está sendo objeto de análise por parte da controlada indireta Companhia Minuano que estará tomando as providências necessárias objetivando a reinclusão no referido parcelamento, bem como também efetivar a discussão na esfera judicial do saldo de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Prêmio conforme já comentado anteriormente.

O saldo dos débitos informados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 da controlada Companhia Minuano de Alimentos está sendo informado nas Demonstrações Contábeis consolidadas seguindo o preceituado no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que orienta a necessidade de reconhecimento dos passivos no momento em que há uma obrigação presente (no caso os débitos), que seja resultante de um evento passado, os quais há uma expectativa de saída de recursos para o cumprimento da obrigação, e tal obrigação tenha condição de ser mensurada. O total de débitos vinculados ao Parcelamento Especial da Lei 11.941/09 da controlada, devidamente atualizado é de R\$ R\$ 262.407 mil. Este saldo está reconhecido na rubrica “Impostos e Contribuições Sociais a Recolher” no Passivo Circulante

Consolidado, uma vez que a exclusão se deu por inadimplemento de pagamentos, já que a Receita Federal do Brasil não reconheceu os pagamentos parcialmente realizados pela controlada. Deste débito está deduzido o valor de R\$ 6.208 mil já pagos pela empresa, uma vez que tais valores devem ser deduzidos do saldo de débitos devidos.

Os débitos que foram consolidados no Parcelamento Especial da Lei 11.941/09, originalmente foram objeto de compensação com créditos decorrentes do Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio de IPI), cujo detalhamento foi dado na Nota 17. Conforme os Assessores Legais da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, as probabilidades de êxito do recurso especial junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais são elevadas. Tal possibilidade de êxito fez com que a controlada efetuasse cálculos preliminares do valor de crédito decorrente do direito ao Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio), à alíquota de 15% apurado sobre as exportações ocorridas do período de 1982 a outubro de 1990. O valor bruto apurado, pela Companhia Minuano de Alimentos, com base nos critérios da sentença transitada em julgado é de aproximadamente R\$ 205.174 mil. Considerando que o valor dos débitos objeto do Parcelamento Especial à época da compensação originalmente realizado é de R\$ 94.862 mil, após a decisão proferida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a Companhia Minuano de Alimentos fará a composição dos saldos junto a Receita Federal do Brasil, o que poderá resultar, no final, em um saldo de créditos ainda a ser utilizados pela mesma.

NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia ao final do período é de R\$ 120.108 mil representado por 710.010.000 (setecentos e dez milhões, e dez mil) ações ordinárias.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia passou a possuir registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva Legal

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da

Lei nº 6.404/76. Em virtude do prejuízo apurado no ano, não serão distribuídos valores a título de dividendos.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas (diretas e indireta), ocorrida no ano.

NOTA 20 - COBERTURA DE SEGUROS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Incêndio, Raio e Explosão	38.800	35.000
Vendaval e Granizo	7.050	6.000
Desmoronamento, Danos Elétricos e Queda de Aeronaves	11.300	9.580
Lucros Cessantes	6.600	7.000
Estoques	1.000	1.000

Em 28/02/2013 foram renovadas todas as apólices de seguro da controlada indireta. No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e estão contabilizadas pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

a) Risco de Crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar

alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 45% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

d) Risco de Taxas de Juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013.

NOTA 22 - CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA - CONSOLIDADO

	31/12/2013		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	77.018	1	-
Materiais de embalagem	9.938	-	-
Salários incorridos	39.957	686	3.290
Encargos sociais incorridos	9.341	189	588
Férias e 13º salário incorrido	4.568	76	302
Benefícios a empregados	8.460	87	220
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	1.182	16	-
Equipamento de proteção individual	1.037	1	1
Serviços 3º/ Industrialização 3º	5.959	805	1.291
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	4.269	22	28
Energia elétrica	7.836	-	55
Materiais de limpeza	307	4	39
Telefonia e transmissão de dados	116	112	95
Combustíveis e lubrificantes	2.082	77	59
Comissões sobre vendas	-	605	7
Viagens e estadias	71	54	58
Taxas e encargos legais	268	53	46
Armazenagem e movimentação de mercadorias	29	2.520	-
Fretes rodoviários e marítimos	2.248	11.375	27
Custos aduaneiros de exportação	8	3.239	-
Publicidade e propaganda	2	240	57

Análises laboratoriais	728	-	-
Depreciações	6.640	12	239
Locações/Aluguéis	542	1	21
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	20	-
Seguros	308	1	155
Outros gastos	328	58	1.753
Total	183.242	20.254	8.331

	31/12/2012		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	153.975	-	-
Materiais de embalagem	10.742	-	-
Salários incorridos	32.259	777	4.334
Encargos sociais incorridos	15.056	393	1.093
Férias e 13º salário incorridos	4.074	87	344
Benefícios a empregados	7.574	89	205
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	899	-	112
Equipamento de proteção individual	937	8	2
Serviços 3º/ Industrialização 3º	27.737	1.651	4.955
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	4.161	38	44
Energia elétrica	8.738	28	87
Materiais de limpeza	600	-	40
Telefonia e transmissão de dados	202	117	136
Combustíveis e lubrificantes	2.186	87	62
Comissões sobre vendas	-	1.311	-
Viagens e estadias	158	159	439
Taxas e encargos legais	422	767	210
Armazenagem e movimentação de mercadorias	17	4.185	-
Fretes rodoviários e marítimos	4.938	20.048	8
Custos aduaneiros de exportação	-	2.696	-
Publicidade e propaganda	2	253	111
Análises laboratoriais	448	10	-
Provisões para contingencias/PCLD	-	1.073	-
Honorários sucumbenciais	-	-	64
Depreciações	6.104	14	177
Locações/Aluguéis	1.267	14	21
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	272	-
Seguros	294	4	208
Outros gastos	670	156	225
Total	283.460	34.237	12.877

NOTA 23 - OUTRAS RECEITAS / OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Encargos incorridos em passivos fiscais	(1.140)	(3.014)
Despesas gerais incorridas	(5.197)	(1.646)
Custo de imobilizado vendido/baixado	(40)	-
Reversão de Créditos Tributários	(87)	(2.861)
Encargos Parcelamento FGTS	(723)	(4.312)
Provisão sobre vendas descontinuadas	-	(9.436)
Débitos decorrentes de parcelamentos fiscais	-	(178.720)
Outras Despesas Operacionais	(7.187)	(199.989)
Créditos tributários	1.184	512
Receitas gerais auferidas	1.539	3.343
Receita de venda de imobilizado	53	13
Recuperação de Despesa	45	-
Redução de Passivos Fiscais	-	1
Outras Receitas Operacionais	2.821	3.869
Resultado líquido	(4.366)	(196.120)

NOTA 24 - RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

	31/12/2013	31/12/2012
Variações cambiais ativas	8.482	11.969
Descontos financeiros obtidos	445	301
Juros ativos sobre impostos	570	667
Juros ativos sobre operações com partes	1.219	798
Outras receitas financeiras	34	19
Receitas financeiras	10.750	13.754
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.331)	(3.257)
Juros sobre compra a prazo de fornecedores	(2.972)	(3.066)
Variações cambiais passivas	(7.667)	(12.363)
Variações monetárias passivas de parcelamentos fiscais	(13.413)	(981)
Descontos financeiros concedidos	(1.551)	(839)
Juros incidentes sobre impostos a pagar	(130)	-
Deságios na transferência de créditos tributários	(184)	(18)
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	(6.499)	(2.846)
Despesas decorrentes de parcelamentos fiscais	(4.048)	(586)
Despesas decorrentes de operações financeiras	(2.834)	(3.538)
Outras despesas financeiras	(543)	(658)
Perda no recebimento de créditos financeiros	-	(5.841)
Despesas Financeiras	(42.172)	(33.993)

NOTA 25 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

A companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados auferidos na industrialização e comercialização de industrializados de carne;

b) Frigorífico - Abate e Processamento de Aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Industrializados		Frigorífico - Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	59.302	57.761	187.133	274.986	-	-	246.435	332.747
Impostos e devoluções	(8.534)	(8.465)	(12.805)	(23.651)	-	-	(21.339)	(32.116)
RECEITA LÍQUIDA	50.768	49.296	174.328	251.335	-	-	225.096	300.631
(-) Custo dos produtos e serviços vendidos	(39.509)	(44.596)	(143.733)	(238.864)	-	-	(183.242)	(283.460)
LUCRO BRUTO	11.260	4.700	30.594	12.471	-	-	41.854	17.171
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS								
Despesas administrativas	-	-	-	-	(8.331)	(12.877)	(8.331)	(12.877)
Despesas com vendas	(7.349)	(8.336)	(12.905)	(25.901)	-	-	(20.254)	(34.237)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-	2.821	3.869	2.821	3.869
Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	(7.187)	(199.989)	(7.187)	(199.989)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	3.910	(3.636)	17.690	(13.430)	(12.697)	(208.997)	8.903	(226.063)
Despesas financeiras	-	-	-	-	(42.172)	(33.993)	(42.172)	(33.993)
Receitas financeiras	-	-	-	-	10.750	13.754	10.750	13.754
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	3.910	(3.636)	17.690	(13.430)	(44.119)	(229.236)	(22.519)	(246.302)
Contribuição Social Diferida	-	-	-	-	(9.240)	3.995	(9.240)	3.995
Imposto de Renda Diferido	-	-	-	-	(25.232)	11.097	(25.232)	11.097
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.910	(3.636)	17.690	(13.430)	(78.591)	(214.144)	(56.991)	(231.210)
Atribuído a Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	(56)	(219)
Atribuído a Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	(56.935)	(230.991)



Diretoria Executiva:

Ernani Catalani Filho
Ângela de Souza

Diretor Presidente
Diretora de Relações com
Investidores

Controladoria:

Marcos Antônio Costa de Almeida
Gerente de Controladoria
Contador
CRC/RS 068539/O-0

**PARECER E DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE
DEZEMBRO DE 2013**

Para fins do disposto no inciso VI do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A, abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Lajeado, 29 de janeiro de 2014.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A

Ernani Catalani Filho
Diretor Presidente
CPF: 046.823.318-09

Ângela de Souza
Diretora de Relações com Investidores
CPF: 966.782.750-04

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE
31 DE DEZEMBRO DE 2013**

Para fins do disposto no inciso V do artigo 25 Instrução da CVM nº 480/09, os Diretores da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A, abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes emitido pela Michelin & Puerari Auditores e Consultores S/S, relativo às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Lajeado, 07 de fevereiro de 2014.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A

Ernani Catalani Filho
Diretor Presidente
CPF: 046.823.318-09

Ângela de Souza
Diretora de Relações com Investidores
CPF: 966.782.750-04